

Política

CONSTITUINTE

Presidente mantém-se irredutível

por Mariângela Hamu de Brasília

A decisão de defender incondicionalmente um mandato presidencial de cinco anos e o sistema presidencialista de governo, acertada em várias reuniões com seus auxiliares, nos últimos dias, foi comunicada ontem pelo presidente José Sarney ao deputado Ulysses Guimarães, durante o encontro que mantiveram no Palácio da Alvorada.

A posição defendida pelo presidente no encontro com Ulysses foi acertada na noite de segunda-feira, durante jantar oferecido por ele a cinco ministros militares, também no Alvorada.

A dúvida — lembrou Sarney — nasceu quando o ministro da Aeronáutica, tenente-brigadeiro do ar Octávio Júlio Moreira Lima, admitiu o apoio do segmento militar ao parla-

mentarismo, em entrevista que concedeu na semana passada, após o almoço de trabalho oferecido pelo ministro Leonidas Pires Gonçalves, do Exército, aos seus colegas, no Quartel General do Exército. Moreira Lima foi mantido como porta-voz do grupo, mas deverá, de agora em diante, declarar apoio incondicional ao presidencialismo.

A estratégia do Palácio do Planalto, que consiste em definir o sistema de governo no plenário da Constituinte, voto por voto, foi amplamente discutida numa reunião entre o presidente Sarney e sete ministros, ontem de manhã, no Palácio do Planalto. Nesse encontro, foi feita uma contagem dos votos favoráveis ao mandato de cinco anos e ao sistema presidencialista que o governo acredita haver conquistado até o momento: cerca de trezentos.

Nessa mesma reunião, ficou estabelecido que o governo não pode abrir mão da defesa do sistema presidencialista, embora admita negociar uma fórmula intermediária, se houver impasse. O presidente Sar-

ney quer, em primeiro lugar, presidencialismo. Se precisar negociar uma fase posterior, admite a adoção do parlamentarismo para seu sucessor. Como última alternativa, o governo aceita o parlamentarismo nos seis últimos meses do mandato de Sarney.

Enquanto espera o dia da votação — ainda não definido —, o Palácio do Planalto tenta "costurar" com lideranças políticas, inclusive de partidos de esquerda, apoio para suas teses na Constituinte. Ontem, foram emitidos, a partir do gabinete presidencial, vários sinais em direção do governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

Arraes, um ardoroso defensor do presidencialismo com mandato de quatro anos, está sendo esperado hoje em Brasília, onde pretende conversar com correligionários sobre o sistema de governo. Aliados do presidente Sarney alimentam a esperança de que o governador pernambucano possa ajudá-los a aprovar o presidencialismo, na primeira fase de votações.

À beira do "buraco negro"

por Zanoni Antunes de Brasília

"A coisa está parada", definia ontem o líder do PMDB na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, falando do estado de ânimo dos constituintes diante do impasse que se estabeleceu em plenário para a votação do sistema de governo. Mesmo assim, partidários dos sistemas parlamentarista e presidencialista — cada um por seu turno — se esforçam em afirmar que detêm o quórum mínimo para a aprovação — 280 votos.

Reservadamente, contudo, as opiniões se modificam. Parlamentaristas e presidencialistas já admitem, com poucas discordâncias, que o impasse em plenário caminha para o chamado "buraco negro" (nenhum dos grupos em disputa atingiria o quórum mínimo). Lideranças presidencialistas, como o deputado Gastone Righi (PTB-SP), desejam até que o impasse ocorra.

Argumentam os partidários dessa tese que só através do impasse é que será possível encontrar uma saída negociada para a votação do futuro sistema de governo do País. Ocorrendo o "buraco

negro", raciocinam, os constituintes só teriam mais uma chance de aprovar qualquer um dos sistemas numa segunda votação. Com isso, acreditam, todos os setores envolvidos estariam dispostos à negociação.

Caso contrário, a nova Constituição brasileira corre o risco de não ter no capítulo da organização dos poderes a definição sobre qual sistema de governo regerá o País. "Nenhum dos dois sistemas em disputa pode ser aprovado por pequena margem de votos", afirma Righi. Para ele, se isso vier a ocorrer, o novo sistema de governo poderá ter sua legitimidade contestada.

O deputado Ibsen Pinheiro, adepto do sistema parlamentarista, admite que as "duas trincheiras" em disputa não estão dispostas à negociação. Para ele, se não houver entendimento, é melhor que o sistema parlamentarista só venha a ser adotado após o término do mandato do presidente José Sarney.

O senador José Richa (PMDB-PR) também concorda que qualquer tipo de negociação em torno do sistema de governo, a esta altura, é improvável. "Não há mais acordo", afirma.

Mantido o sistema eleitoral proporcional

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

A Assembleia Nacional Constituinte manteve o sistema eleitoral proporcional para a Câmara dos Deputados. Nesse sistema, o eleitor vota em um candidato de determinada legenda. Depois de computados os votos, cada estado irá preencher o número de cadeiras a que tem direito, proporcionalmente ao número de eleitores.

Os constituintes preferiram não inovar e aprovar o sistema distrital misto, proposto pelo deputado Adilson Motta. Por esse sistema, em vigor na Alemanha Ocidental, há um duplo

processo de votação. Primeiro, o eleitor escolhe um candidato, independentemente de partido, depois vota na legenda. O candidato eleito no distrito tem seu lugar garantido na Câmara e os partidos ocupam as cadeiras de acordo com a proporção de votos que receberam. Os defensores desse sistema alegam que ele fortalece os partidos políticos, além de diminuir a influência do poder econômico nas eleições, já que elas se realizam em distritos menores. A emenda, no entanto, só teve a aprovação de 142 constituintes, contra o voto de 340 e a abstenção de 11.

O texto da Constituição

Abaixo, a íntegra dos textos aprovados pela Assembleia Constituinte:

Artigo 47 — Os proventos da inatividade serão revistos, na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, bem como serão estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou a reforma, na forma da lei.

Parágrafo Único — O benefício da pensão por morte corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido até o limite estabelecido em lei, observado o disposto no "caput".

Artigo 48 — Ao servidor público em exercício de mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I — Tratando-se de mandato eletivo federal ou estadual, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II — Investido no mandato de prefeito, será afastado do cargo ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III — Investido no mandato de vereador, havendo incompatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo dos subsídios a que faz jus. Não havendo compatibilidade aplicar-se-ão as normas previstas no item II deste artigo;

IV — Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V — Para efeito do benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse;

Artigo 49 — O servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Parágrafo Único — Invalidez por sentença de demissão, o servidor será reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

Seção III dos Servidores Públicos Militares Artigo 50 — São servidores militares federais os integrantes das Forças Armadas e das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares, os servidores públicos dos Territórios e do Distrito Federal.

Parágrafo 1º — As patentes, com as prerrogativas, dos direitos e deveres a elas inerentes, são asseguradas em toda a

plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados das Forças Armadas, das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal, sendo-lhes privativos os títulos, postos e uniformes militares.

Parágrafo 2º — O militar em atividade que aceitar cargo público civil permanente será transferido para a reserva.

Parágrafo 3º — O militar da ativa que aceitar cargo, emprego ou função pública temporária não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe o tempo de serviço apenas para promoção e transferência para a reserva.

Depois de dois anos de afastamento, contínuo ou não, será transferido para a inatividade.

Parágrafo 4º — Ao militar são proibidas a sindicalização e a greve.

Parágrafo 5º — Os militares, enquanto em efetivo serviço, não poderão estar filiados a partidos políticos.

Parágrafo 6º — O oficial das Forças Armadas perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra.

Parágrafo 7º — O oficial condenado por tribunal civil ou militar a pena restritiva da liberdade individual superior a dois anos, por sentença condenatória transitada em julgado, será submetido ao julgamento previsto no parágrafo anterior.

Parágrafo 8º — A lei estabelecerá os limites de idade e outras condições de transferência do servidor militar para a inatividade.

Parágrafo 9º — Aplica-se aos servidores a que se refere este artigo e a seus pensionistas o disposto no artigo 48.

Parágrafo 10º — Os vencimentos de qualquer espécie estarão sujeitos aos impostos gerais, inclusive o de renda e os extraordinários.

Seção IV Das Regiões Artigo 51 — Para efeitos administrativos, a União poderá articular a sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando ao seu desenvolvimento e a redução das desigualdades regionais.

Parágrafo Único — Lei complementar disporá sobre:

I — As condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II — A composição dos organismos regionais;

III — Os organismos regionais e os planos regionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados conjuntamente com estes, na forma da lei.

São Paulo terá direito a aumentar em 10 vagas a sua bancada federal

por Ana Cristina Magalhães de Brasília

Uma nítida divisão de interesses regionais marcou ontem a votação da Constituinte sobre a composição da Câmara dos Deputados.

Mesmo após a formulação de um acordo, que, para ser concretizado, precisou da suspensão da sessão por mais de meia hora, houve muita resistência dos constituintes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste em aceitar que o número máximo de deputados, proporcionalmente à população, fosse elevado de sessenta para setenta, mantida a representação mínima de oito.

Essa foi uma das poucas votações da Constituinte onde não valeu a orientação das lideranças. A discussão central ocorreu entre as bancadas do Norte,

Nordeste e Centro-Oeste com a de São Paulo. Os representantes dos estados daquelas regiões não admitiam a elevação do número máximo de deputados, sob a alegação de que a medida traria um poder imenso a São Paulo, hoje o único estado da Federação a ter 60 deputados na Câmara. Para o constituinte Oswaldo Coelho (PFL-PE), a bancada de São Paulo é maior ou igual à representação de oito estados. Com a elevação do número máximo para setenta, essa representação seria equivalente à de dez estados. Para o deputado José Costa (PMDB/AL) São Paulo "é a grande estrela que está atraindo milhares de nordestinos".

Os senadores paulistas Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, do PMDB, que participaram das negociações, fizeram

questão de afirmar da tribuna que não se estava decidindo nada em favor de São Paulo, mas sim em função da democracia, que tinha por objetivo equilibrar a representação do povo na Câmara. Cardoso lembrou que, se os paulistas quisessem aprovar a real proporcionalidade, o estado deveria contar com 116 representantes e não somente os 60 que tem hoje.

O aumento foi considerado pelo senador como simbólico, uma vez que, pelo sistema atual, o voto de 22 paulistas é equiparado ao de um acreano. Segundo Cardoso, esse número simbólico foi aceito porque não se podiam esquecer as reivindicações políticas do Nordeste. "Em troca, não vamos receber nada; este é o nosso voto responsável a favor do Nordeste", finalizou o senador.

A fusão foi aceita por parte das bancadas do Norte e Nordeste, porque, na verdade, além de proibir redução das atuais representações, deve ampliar a de vários estados, com a aprovação da criação do Estado do Tocantins e mais dois territórios, as bancadas do Centro-Oeste e do Nordeste serão representadas por mais dezesseis deputados.

Para acalmar os ânimos, exaltados durante os encaminhamentos da votação, o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM) lembrou aos constituintes que eles não deveriam "se dobrar pela emoção", afirmando que o tema era de grande importância, mas não tão grande "quanto os que vêm por aí agora", numa clara alusão à votação do sistema de governo, prevista para a próxima semana.

Em debate, o direito de greve

por Riomar Trindade de Brasília

As lideranças dos partidos estarão reunidas hoje, às 14 horas, no gabinete do presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), para mais uma rodada de negociação sobre o direito de greve e a associação sindical para os servidores públicos. Na segunda-feira, a emenda do deputado Dionísio Hage (PFL-PA), que assegura aos servidores o direito à livre associação sindical e o de greve, exceto aos dos ministérios militares, foi derrotada em plenário — não conseguiu os dois terços (280 votos) —, gerando

o segundo "buraco negro" na Constituinte.

Ontem, o senador José Fogaça (PMDB-RS) alertava para uma evidência: o "Centrão" — grupo conservador suprapartidário —, que teve seu texto básico derrubado na semana passada, está unido contra a extensão do direito de greve aos servidores públicos e, se os pequenos partidos de esquerda não cederem, dificilmente haverá avanço em relação ao atual texto constitucional. Fogaça acha que a saída do PMDB será manter no texto o direito de greve e a associação sindical para os servidores públicos, deixando para a lei complementar

estabelecer as hipóteses em que poderá haver greve. "Um texto mais genérico, porém sem fixar restrições", disse Fogaça.

O deputado Luiz Roberto Andrade Ponte, também do PMDB gaúcho e membro do "Centrão", dizia ontem que, "em princípio", aceita que a lei complementar regule as hipóteses de greve e associação sindical. O prazo para apresentação de novo texto se encerrará amanhã, às 17 horas, mas a matéria somente deverá ser votada na sexta-feira.

Ontem, o plenário da Constituinte começou a votar o Título IV, que trata dos três poderes e, aprovou a emenda do "Centrão"

substitutiva ao texto da Sistematização, ao Capítulo I — do Poder Legislativo. O plenário concluiu a votação de toda a Seção I, que trata do Congresso Nacional.

O capítulo I, que trata do Poder Legislativo, é formado de nove seções. A previsão é que essa votação possa se encerrar até quinta-feira à noite para, já na sexta-feira, ter início a votação do Capítulo II, do Título IV, que trata do Poder Executivo. Este é, talvez, um dos capítulos mais polêmicos do projeto constitucional, principalmente porque trata do sistema de governo e da duração do mandato dos futuros presidentes da República.

Simon acha que Sarney negociará

por Flávio Porcello de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, disse ontem em Porto Alegre que o presidente José Sarney considera "soberana" toda decisão da Assembleia Nacional Constituinte, e que em nenhum momento admitiu rejeitar alguma de suas deliberações, especialmente sobre o sistema de governo e o mandato presidencial. "Isso, quem me disse foi o próprio presidente Sarney, quando estivemos juntos nesta segunda-feira", sublinhou Simon.

O governador gaúcho, parlamentarista convicto, é um dos mais próximos confidentes do presidente nacional do partido, deputado Ulysses Guimarães, por quem foi chamado a Brasília no final de semana para ajudar a "costurar" acordos e entendimentos sobre temas mais polêmicos a serem decididos.

A manifestação dele, ontem, em entrevista no

Críticas de Brizola

por Paulo de Alencar de Salvador

O ex-governador do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, ao chegar ontem a Salvador, ainda no Aeroporto Dois de Julho, fez um balanço do terceiro aniversário da Nova República, considerando-a "o mais desastroso governo da vida brasileira". Em seguida, ele afirmou que se tivesse havido eleições presidenciais diretas

em 1986, juntamente com a escolha dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, "o País não estaria no atoleiro que se encontra".

Brizola, durante a entrevista coletiva de quase uma hora, condenou veementemente a implantação do parlamentarismo como sistema de governo. Ele acredita que domine na Constituinte um estado de perplexidade em relação ao mandato presidencial e ao sistema de governo.

uma resposta do presidente a uma jornalista, na sexta-feira, na Paraíba. O próprio presidente explicou que foi perguntado se admitiria negociar o tamanho de seu mandato em troca do sistema de governo, e que respondeu que não negociaria nada. Acontece que só foi divulgada a resposta, o que gerou esse cli-

ma de expectativas que está aí".

Simon assinalou também que "a definição sobre o sistema de governo de um país não pode ser decidido por quatro votos, como parece que vai acontecer. Não importa que vença parlamentarismo ou presidencialismo, o que importa é que a decisão seja respaldada em ampla maioria".

O governador do Rio Grande do Sul analisou também as pesquisas de opinião pública reveladas ontem pelo IBOPE, que indicaram um índice de 42% de eleitores que acham seu governo "regular" (a pesquisa indicou 5% para "ótimo", 19% para "bom", 10% para "ruim" e 20% para "péssimo"). Para Simon, esses resultados o surpreendem, porque esperava um índice de rejeição muito maior. "Finalmente, este primeiro ano de governo foi o ano da austeridade, da moralização do serviço e dos gastos públicos. O ano dos investimentos está começando agora."

"Retrocesso no Brasil afetaria demais países da América Latina"

por David Friedlander de São Paulo

Dois políticos sul-americanos atribuíram ontem ao Brasil — que está redigindo uma nova Constituição — boa parte da responsabilidade pelo futuro da democracia na América Latina. Os ex-presidentes Osvaldo Hurtado, do Equador, e Rafael Caldera, da Venezuela, admitiram que um eventual retrocesso político no Brasil provocaria graves consequências nos demais países latino-americanos, "nos quais a democracia ainda é muito frágil".

"Um retrocesso na política brasileira influenciaria em pouco tempo seus vizinhos e depois alcançaria o resto do continente", disse Hurtado. "Seria um desastre. O Brasil possui peso geográfico, econômico e político muito grande", acrescentou.

Hurtado, Caldera e o ex-ministro das Relações Exteriores do Chile, Gabriel Valdéz, participaram ontem como conferencistas do debate "Perspectivas da Democracia na América Latina", promovido pela Universidade de São Paulo (USP) e pelo Instituto da América Latina (I-lam).

Manifestando opinião idêntica à de Hurtado, o ex-presidente da Venezuela disse que a falta de harmonia na convivência entre as Forças Armadas e a sociedade civil é uma das principais dificuldades à solidificação do processo democrático latino-americano. "As substituições dos governos militares pelos governos democráticos estão ocorrendo sem que civis e militares se entendam de verdade", afirmou Caldera.

Outro grande fator de "enfraquecimento" da democracia latina, segundo ele, é a dificuldade que os governos popularmente eleitos estão tendo para administrar problemas econômicos e sociais. Mencionando o processo inflacionário e a questão da dívida externa como problemas graves e comuns no conti-



Osvaldo Hurtado

nente, Caldera pregou a adesão e o apoio ao processo de integração iniciado entre Brasil, Argentina e Uruguai.

O ex-presidente venezuelano afirmou que essa integração é fundamental, também, para que os países latino-americanos possam enfrentar um problema que ele vislumbra a longo prazo: dificuldades para as exportações dos países do Terceiro Mundo. "A revolução tecnológica que estamos vivendo vai fazer com que cada vez mais os países desenvolvidos precisem menos de nossa matéria-prima e mão-de-obra", alertou. "Isso significa que corre-mos um risco muito grande, porque nossas economias estão apoiadas nas exportações."

Segundo esse mesmo raciocínio, Hurtado afirmou que a democracia latino-americana vai depender muito mais "da sociedade civil do que da sociedade militar". Segundo ele, o continente está sempre muito permeável aos conflitos, "pela incapacidade dos políticos em fazer acordos".

"A democracia exige uma busca constante de acordos de consenso", apoiou o ex-ministro chileno das Relações Exteriores, acrescentando que no seu país se está trabalhando "fortemente" pela volta à democracia. "E vai ser uma volta de consenso, como no Brasil e no Uruguai."